

# Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 11

JNE - JORNAL NOTÍCIAS DO ESTADO ONLINE - CAMPO GRANDE - MS - NOTÍCIAS  
ANFIP

Auditoras da Sefaz-MS estão entre autores da proposta da Reforma Tributária..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita não informou TCU sobre devassa a desafetos de Bolsonaro..... 4

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira e Pacheco travam queda de braço por MPs..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO  
SERVIDOR PÚBLICO

Todo tipo de violência contra mulheres cresceu em 2022..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

PIB do 4º trimestre indica baixo crescimento à frente (Editorial)..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regra fiscal pode desagradar céticos - CLAUDIA SAFATLE..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB per capita sobe 2,2%, mas voltará a cair..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores cobram diálogo com governo sobre decisões econômicas..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Debate sobre meta da inflação não ajuda 2023", diz economista..... 18

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Na contramão do Congresso, PT endossa CPI dos atos golpistas na Câmara do Distrito Federal..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Índice em queda mostra resultado preliminar de ajustes econômicos (Artigo)..... 23

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF investigará quebra de sigilo pela Receita..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula afirma que crescimento de 2,9% em 2022 é nada"..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

O pouso do PIB (Editorial)..... 28

Sexta-Feira, 3 de Março de 2023

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Economia cresce 2,9% em 2022, mas perde ritmo e encolhe no 4º trimestre..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Brasil e Chile puxam piora nas contas na região, diz agência..... 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Brasil fica em 28º em ranking que considera desempenho de 47 países..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Lula, Haddad e Tebet usam PIB para cobrar corte de juros..... 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Bolsonaro perde para petista e Temer na média anual..... 38

# Auditoras da Sefaz-MS estão entre autores da proposta da Reforma Tributária

Três auditoras fiscais da Receita Estadual do Governo do Mato Grosso do Sul fazem parte da lista de 40 autores da proposta **Reforma Tributária** Necessária. São elas: Gigliola Lílian Decarli, Lídia Maria Ribas e Sílvia Cristina Barbosa Leal. O estudo que promove um diagnóstico tributário do País e apresenta proposições elaboradas por mais de 40 técnicos economistas, auditores, tributaristas, entre outros, foi incorporado como emenda substitutiva global à PEC 45, em tramitação no Congresso Nacional, de autoria do deputado federal Baleia Rossi (MDB/SP).

Elaborado com base em estudos do economista e atual secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernad Appy, e coordenado pelo também economista Eduardo Fagnani, o documento teve início em 2017. Segundo a proposição é "tecnicamente possível quase duplicar o atual patamar de receitas da tributação da renda, patrimônio e transações financeiras, de 472 bilhões de reais para 830 bilhões, um incremento de 357 bilhões, e reduzir a tributação sobre bens e serviços e sobre a folha de pagamento em 310 bilhões, mantendo-se inalterada a carga tributária total". Fagnani coordenou os estudos ao lado de Décio Lopes, ex-presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)**, e Charles Alcântara, ex-residente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

As auditoras da Sefaz-MS, Lídia e Gigliola redigiram o estudo "Processo administrativo tributário: relevância na edificação da ordem justa" e Sílvia Leal participou junto com Rafael Carlos Camera, Marconi Edson de Almeida Marques e Asty Pereira Júnior do estudo intitulado "Retomada da tributação sobre produtos primários e semielaborados destinados à exportação".

Em seu texto, Gigliola pontua problemas como a complexidade das normas, a alta carga tributária, a regressividade do sistema pela inobservância da capacidade contributiva, entre outros. "Hoje temos diversos temas que precisam ser amplamente debatidos como os incentivos fiscais, efetividade da tributação das exportações, e temas novos como compliance, cripto moedas e as tecnologias de blockchain, streaming e a disponibilização e conteúdo digital. Então são questões sensíveis e necessárias. O grande diferencial dessa proposta é trazer o enfoque de cidadania fiscal, colocando o cidadão como fim e a

tributação como meio".

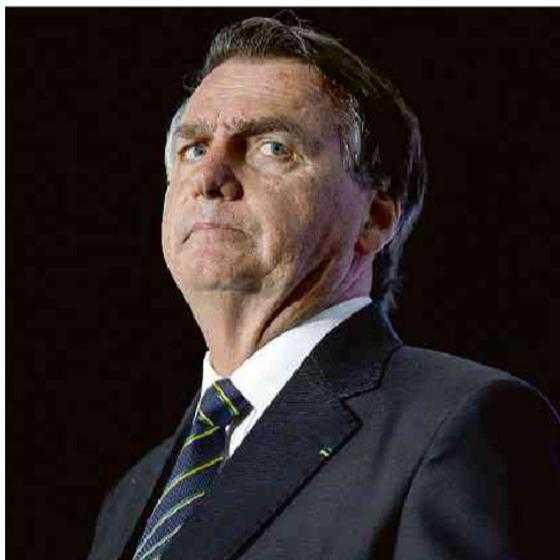
Sílvia Leal contou que o trabalho surgiu a partir de um estudo em que participava na Fenafisco, sobre a ressarcimento dos estados por conta das perdas de **tributos** referentes a Lei Kandir. "Com essa lei muitos estados, inclusive o nosso, perdeu arrecadação a níveis consideráveis. Somos exportadores de commodities e além disso, houve ainda um incentivo à exportação de produtos que não tem agregação ou tem agregação mínima de valor. Nesse trabalho tentamos definir como seria a melhor forma de compensação. O que acabou ocorrendo apenas em 30 de dezembro de 2020, com a publicação e sanção da Lei Complementar 176/2020 que institui as transferências obrigatórias da União para os estados e municípios, visando compensar as perdas de arrecadação com a Kandir", explicou. Dados do Ministério da Economia indicam que repasses serão feitos até 2037, totalizando R\$ 58 bilhões para todo Brasil.

Para Lídia, o trabalho que vem sendo desenvolvido tem uma equipe de categoria profissional. "Pela importância e experiência dos autores, este é um trabalho singular. Há, entre outras questões, uma tentativa muito válida de um estudo comparativo a OCDE - organização internacional composta por 36 países desenvolvidos - que nos leva a crer que a vontade de acertar a um comparativo de alto nível é bastante grande. Ainda não estamos ao ponto do comparativo de países da OCDE, precisamos combater a sonegação, criar critérios rígidos de benefícios e incentivos fiscais e no final das contas temos a construção de uma proposta de **reforma tributária** que é preciso colocar em discussão. A inovação desse trabalho é social. Esse é um dos itens que norteia grande parte do trabalho, para partirmos para uma redistribuição de renda e não para o assistencialismo", finalizou.

Fonte: PortalMS

Site: <https://jnediario.com.br/2023/03/03/auditoras-da-sefaz-ms-estao-entre-autores-da-proposta-da-reforma-tributaria/>

# Receita não informou TCU sobre devassa a desafetos de Bolsonaro



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) chega a evento realizado na Flórida, nos Estados Unidos. Joe Raedle - 3.fev.23/Getty Images/AFP

**Ítalo Nogueira e Ranier Bragon RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA**

A **Receita Federal**, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), deixou de incluir o caso dos acessos sem justificativa legal feitos em dados de desafetos do ex-presidente quando enviou ao TCU (Tribunal de Contas da União) uma lista de investigações internas sobre possíveis consultas irregulares de informações fiscais de contribuintes.

A relação foi entregue em abril de 2021 após um pedido feito pelo tribunal, que apurava procedimentos da Receita para proteger dados dos cidadãos, em especial de pessoas politicamente expostas (conhecidas pela sigla PEPs).

A lista relaciona investigações promovidas contra oito servidores por supostos acessos ilegais, mas não inclui o caso de Ricardo Pereira Feitosa -coordenador-geral de Pesquisa e Investigação da Receita em 2019. À época, ele era alvo de uma sindicância.

Feitosa, que era chefe da inteligência da **Receita Federal** no início da gestão Bolsonaro, acessou e copiou em julho de 2019 dados fiscais sigilosos do coordenador das investigações sobre o suposto esquema da "rachadinha" no gabinete do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) -o então procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro Eduardo Gussem- e de dois

políticos que haviam rompido com a família presidencial: o empresário Paulo Marinho e o ex-ministro Gustavo Bebianno.

A defesa de Feitosa nega que seu cliente tenha cometido violação de sigilo e considera que "o vazamento seletivo e de um processo que corre sob sigilo legal é crime e promove uma violação à segurança do adequado andamento processual em curso".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou nesta quinta (2) que será rigoroso com o caso do servidor.

"Violação de sigilo fiscal é uma coisa que não pode acontecer na **Receita Federal**. Um auditor tem que saber das suas responsabilidades", afirmou. "Assim que ele [o processo] chegar à minha mesa, vou tomar a decisão cabível, garantindo ao servidor o direito de se defender, mas nós seremos muito rigorosos." Os acessos ilegais a dados da Receita entraram na mira do TCU em 2019 após a divulgação de uma apuração do Fisco sobre o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), e de sua mulher, a advogada Guiomar Mendes.

Diferentemente dos acessos feitos por Feitosa, a Receita negou ter havido consultas irregulares aos seus dados fiscais, afirmando que o ministro foi alvo de apuração preliminar interna que não evoluiu para um procedimento formal de fiscalização.

O TCU só abriu uma investigação sobre o acesso irregular a dados de desafetos da família Bolsonaro na quarta-feira (1º), após pedido do Ministério Público junto ao órgão.

Pelas regras da Constituição e da administração pública, servidores devem seguir os princípios da impessoalidade e da motivação, o que só permite consulta e averiguação de dados sigilosos caso haja uma justificativa legal.

O descumprimento pode resultar em suspensão ou até demissão do serviço público, no âmbito administrativo.

A fim de apurar a proteção de dados de políticos, juízes e promotores, o TCU realizou uma auditoria na Receita. Um dos passos foi questionar o Fisco sobre a

ocorrência de acessos indevidos e como esses casos foram tratados.

Em abril de 2021, o órgão enviou uma listagem de oito PADs (processos administrativos disciplinares) instaurados entre 2018 e 2020. Não consta na lista o caso de Feitosa.

A apuração preliminar contra o ex-chefe da inteligência foi aberta em março de 2020. Na data do envio dos dados ao TCU, ela ainda era a chamada sindicância investigativa, procedimento que, após o prosseguimento das apurações, pode ser convertido em PAD.

Foi o que ocorreu no caso de Feitosa em maio de 2021, mês seguinte ao envio do ofício. A resposta ao TCU foi produzida pelo então corregedor da Receita José Pereira de Barros Neto e encaminhada pelo então secretário do Fisco José Barroso Tostes Neto.

À época, ambos eram alvo do clã Bolsonaro, que afirmava haver uma articulação política dentro da Receita com o intuito de prejudicar o presidente e familiares. O mandato de Barros Neto na corregedoria se encerrou em julho de 2021. Tostes foi exonerado da chefia da Receita em dezembro daquele ano, em meio à pressão bolsonarista.

Tostes afirmou à Folha que o caso de Feitosa não foi enviado ao TCU em abril de 2021 porque, muito provavelmente, estava em fase de investigação. A reportagem não conseguiu contato com Barros Neto.

PF abre investigação sobre acesso a dados

A Polícia Federal abrirá inquérito sobre a devassa contra desafetos de Jair Bolsonaro (PL) na Receita. O caso será apurado na superintendência da PF no DF. O caso também entrou na mirada TCU que abriu uma apuração na última quarta-feira (1º). O ministro Walton Rodrigues fará a relatoria.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50204>**

# Lira e Pacheco travam queda de braço por MPs



Deu nó. Pacheco e Lira conversam durante sessão do Congresso: ainda não há solução à vista para o embate relacionado à tramitação das Medidas Provisórias

**GABRIEL SABÓIA, JUSSARA SOARES E BRUNO GÓES**  
*politica@oglobo.com.br BRASÍLIA*

O Congresso retomou os trabalhos em meio a uma queda de braço entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pelo rito das Medidas Provisórias (MPs). Ao menos 20 delas aguardam para ser debatidas e votadas nos próximos meses, enquanto os dois travam uma disputa por poder nos bastidores -impasse que pode atrapalhar os planos do governo.

Entre as medidas que entrarão em pauta estão temas considerados fundamentais e urgentes pelo Palácio do Planalto, como a recriação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), extinta pela gestão Lula por meio de uma MP, e a composição ministerial atual.

O andamento destes temas, entretanto, é motivo de malestar entre Lira e Pacheco desde o dia 7 de fevereiro, quando o presidente do Senado assinou um ato para revogar o modelo adotado no início da pandemia da Covid-19, em 2020. Com o passar das semanas e o aumento das articulações do governo para aprovar as propostas de seu interesse, as divergências sobre a tramitação se intensificaram.

Atualmente, as MPs são analisadas primeiro pelos deputados e depois vão ao Senado. A ideia dos senadores é retomar o modelo anterior, quando um colegiado composto por integrantes das duas Casas era o primeiro a se debruçar sobre os textos. Na prática, na pandemia, o poder ficou concentrado com os deputados, que tinham mais tempo para analisar os projetos, garantindo a Lira o controle da pauta. Ao propor a volta das comissões mistas, conforme previsto na Constituição, o Senado tenta retomar o protagonismo.

Senadores reclamam que as MPs passaram a chegar com o prazo curto na Casa, com todas as propostas de emendas já feitas na Câmara, cabendo ao Senado só o papel de referendar a decisão. Por isso, um grupo de senadores apresentará a Pacheco uma questão de ordem pedindo a volta imediata do antigo modelo.

Na prática, os senadores querem que as comissões mistas sejam retomadas imediatamente, enquanto deputados querem que as MPs que já estão editadas sigam no rito adotado na pandemia. Para restabelecer o antigo procedimento, entretanto, é necessário que uma sessão do Congresso seja convocada e, desta forma, aliados de Pacheco temem que Lira proteja a convocação para ganhar tempo e manter protagonismo sobre as MPs.

Aliados mais contundentes do presidente da Câmara, que temem perder o poder de barganha junto ao governo, defendem que o tema seja levado à Justiça, já que o modelo foi adotado a partir da declaração da pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e, segundo este argumento, só poderia ser revogado com a suspensão do cenário pela mesma entidade. Como há o entendimento de que a Câmara perderá poder, caso o atual esquema seja modificado, líderes do Centrão pressionam Pacheco para que chegue a um entendimento com Lira.

No último dia 7, ao saber que o atual rito poderia ser modificado por meio de um ato de Pacheco, Lira reagiu e disse não ter sido previamente consultado.

Entretanto, como ele não tem prazo para colocar a minuta preparada pelos senadores para ser apreciada pela Mesa da Câmara, senadores também acenam com a possibilidade de judicialização para que a análise das MPs volte ao processo anterior à pandemia.

-Na primeira reunião da Mesa (do Senado), fizemos a minuta do ato conjunto para retomar a tramitação das MPs como era antes da pandemia. Tenho certeza que Pacheco e Lira conversarão, e isso será superado - disse o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDBPB), primeiro vice-presidente da Casa.

Hoje, há iniciativas relevantes do governo que foram feitas via Medida Provisória, como a que retira o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)

do Banco Central e o transfere para o Ministério da Fazenda, e a que muda o voto de desempate do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) para favorecer a Receita -a recriação de ministérios e a extinção da Funasa também foram feitas por MPs. O instrumento tem validade imediata a partir da data de publicação, mas precisa ser confirmado pelo Congresso em até quatro meses. Com a queda de braço em curso, o Planalto defende que as MPs já editadas sejam analisadas pelo rito que está estabelecido desde a pandemia, evitando um impasse maior.

**DIVERGÊNCIAS ANTERIORES** Em outros momentos, Lira e Pacheco também tiveram posicionamentos divergentes.

Em 2021, após a Câmara aprovar um texto de **reforma política** prevendo o retorno das coligações em eleições proporcionais, o que favorece a multiplicação de siglas de aluguel, Pacheco chamou a medida de "retrocesso" -este item foi rejeitado pelo Senado. Outra queda de braço ocorreu durante um projeto que mexia no Imposto de Renda. Lira disse que a Câmara estava "cumprindo o papel" em relação às pautas econômicas e cobrou uma atuação mais firme da Casa vizinha: "O Senado precisa se posicionar também". Pacheco retrucou afirmando que havia uma série de projetos aprovados no Senado aguardando a análise dos deputados.

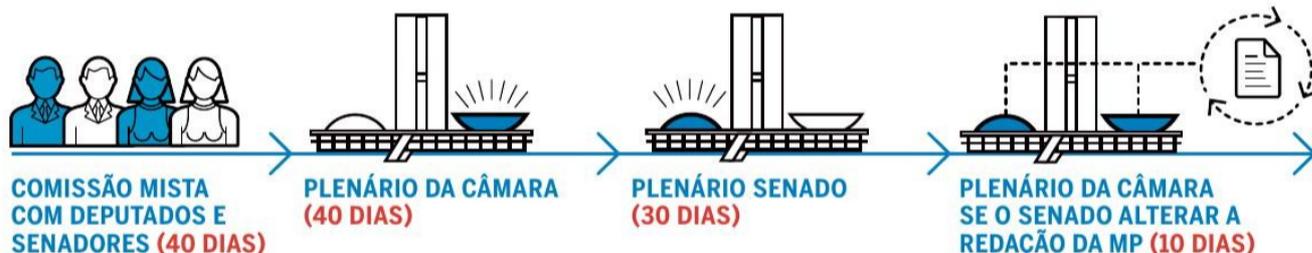
"Nem por isso eu digo que a Câmara está deixando de cumprir o seu papel", pontuou o senador.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

## COMO PODEM TRAMITAR AS MPS

A Medida Provisória tem validade imediata a partir da data de publicação, mas precisa ser confirmada pelo Congresso. O instrumento está previsto na Constituição para "caso de relevância e urgência".

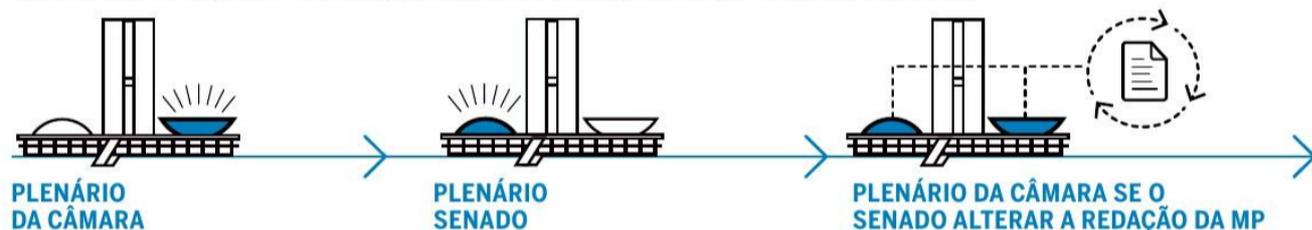
### Como é o trâmite previsto na Constituição



- Se os prazos seguintes ao da comissão especial não forem respeitados, a MP perde a validade automaticamente
- O relator pode ser um **deputado** ou um **senador**

### Como é o trâmite atual, alterado durante a pandemia, para dar celeridade aos processos

Em 2020, optou-se por dar fim à etapa em que a MP passa primeiro por uma comissão mista

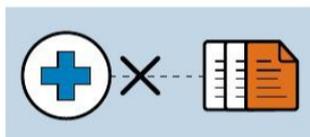


- O prazo de validade de uma MP é de 60 dias, prorrogáveis por mais 60. Se o instrumento não for votado nesse tempo nas duas Casas Legislativas, perde validade automaticamente. Não há prazo, contudo, para que a MP saia da Câmara e vá para o Senado.
- O fim da comissão mista foi determinado em 2020, com objetivo de acelerar a tramitação das iniciativas durante a pandemia do coronavírus.
- O relator é sempre um **deputado**

### Exemplos de MPs em tramitação no Congresso



**MP 1.154** - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Com a posse de Lula, o novo governo reorganizou o organograma, criando 37 pastas, 60% a mais do que a gestão Bolsonaro. Desmembrou, por exemplo, o ministério da Economia em três (Fazenda, Planejamento e Orçamento) e criou o dos Povos Indígenas.



**MP 1.156** - Extingue a Fundação Nacional de Saúde. O governo decidiu acabar com o órgão sob o argumento de melhorar a gestão, mas esbarrou nos interesses de parlamentares. Eles veem na entidade um ativo eleitoral por conta das obras de saneamento que ficam sob o seu guarda-chuva e que podem beneficiar seus redutos eleitorais.



**MP 1.158** - Devolve o Coaf ao Ministério da Fazenda. Hoje o órgão, que atua principalmente na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro está sob o guarda-chuva do Banco Central. No início do governo Bolsonaro, o Coaf tinha saído da Fazenda e ido para o Ministério da Justiça. Depois, voltou para a Economia e, por fim, chegou ao BC.



**MP 1.160** - Instrumento decide que membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) podem desempatar votações a favor da União; antes outra MP havia estabelecido que os empates seriam decididos a favor do contribuinte. O Carf tem a atribuição de julgar litígios em matéria tributária e aduaneira.

# Todo tipo de violência contra mulheres cresceu em 2022

**Isabella Menon**

Todas as formas de violência contra a mulher aumentaram no Brasil em 2022, aponta uma nova pesquisa Datafolha realizada a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A lista inclui desde vítimas de de xingamentos e ameaças até aquelas que foram esfaqueadas ou alvo de tiros.

O levantamento, que aconteceu entre os dias 9 e 13 de janeiro deste ano, ouviu pessoas acima de 16 anos em 126 cidades do Brasil, abrangendo assim todas as regiões do país. Do total, foram realizadas 2.017 entrevistas, sendo 1.042 mulheres, das quais 818 responderam ao bloco sobre vitimização.

A pesquisa, chamada "Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil" e publicada na manhã desta quinta-feira (2), mostra um cenário ainda mais preocupante para a população feminina. Os números apontam que 50.692 mulheres sofreram violência diariamente em 2022.

A prevalência da violência ao longo da vida é maior entre mulheres pretas (48%), com grau de escolaridade até o ensino fundamental (49%), com filhos (44,4%), divorciadas (65,3%) e na faixa etária de 25 a 34 anos (48,9%). No geral da população esse número é de 33,4%.

Entre os índices que medem a violência contra a mulher, houve uma piora em todos os aspectos, seja tiro ou esfaqueamento, ameaça com arma de fogo ou faca, espancamento ou tentativa de estrangulamento até insultos, humilhação ou xingamento.

Para Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, três motivos explicam o aumento da violência contra a mulher.

O primeiro está ligado à queda do financiamento de projetos ligados ao acolhimento das mulheres em situação de violência.

Por exemplo, o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) apontou que o orçamento federal para combater a violência contra a mulher em 2022 foi o menor dos últimos quatro anos.

Além disso, Bueno diz que houve uma precarização

dos serviços de acolhimento em meio à pandemia. Alguns serviços, lembra ela, foram interrompidos ou tiveram a capacidade limitada de recursos. "Estamos falando de diversos funcionários públicos afastados por serem considerados grupo de risco e isso precarizou na ponta o atendimento", diz.

Por fim, a diretora do Fórum cita que o agravamento da violência contra as mulheres pode estar ligado ao movimento ultraconservador que cresceu nos últimos anos.

"Isso vai desde o Escola Sem Partido que ataca questões como igualdade de gênero", diz Bueno. "Mas isso ficou claro na gestão do [ex-presidente Jair] Bolsonaro com a criação do Ministério da Família e das tentativas da [ex-ministra e agora senadora] Damares Alves de impedir meninas grávidas em decorrência de estupros a realizarem um aborto."

Ela compara a situação do Brasil com os resultados de uma pesquisa conduzida pela Monash University (da Austrália) e pela ONU Mulheres que buscou compreender como a expansão do extremismo em Indonésia, Bangladesh e Filipinas reverberou na agenda de gênero.

O estudo concluiu que pessoas que apoiam a violência contra mulheres são três vezes mais suscetíveis a apoiar o extremismo, ou seja, apoiar que práticas violentas sejam empregadas para alcançar objetivos ideológicos, políticos ou religiosos.

"Regredimos muito nessa discussão, o que mostra como a violência reverbera em diferentes esferas da vida", diz Bueno.

Uma das recomendações do Fórum é o cumprimento de uma legislação aprovada em 2022, que determina que 5% da verba do Fundo Nacional de Segurança Pública seja destinada ao enfrentamento de violência contra mulher.

Pela primeira vez, a pesquisa mediu a porcentagem de mulheres que já foram agredidas fisicamente ou sexualmente ao menos uma vez na vida e aponta que 1 em cada 3 mulheres já sofreram alguma violência - o número é superior à média global de 27%, segundo uma pesquisa da OMS (Organização Mundial da Saúde) realizada em 2021.

Quando a pesquisa inclui a violência psicológica, o número sobe e chega a 43% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais, o que equivale a 27,6 milhões de pessoas.

Bueno relembra que o Brasil é um país violento de maneira geral, não apenas com mulheres. Diz ainda que nos últimos 15 anos houve uma evolução da sociedade sobre o tema.

"O brasileiro está mais sensível a essa causa, mas isso não significa que os índices vão cair, mas a população está menos conivente", diz ela que cita que a pesquisa aponta ainda como cresce, a cada ano, a incidência da violência dentro de casa e cai o número das agressões na rua.

A especialista afirma que uma das possibilidades para isso é de que os agressores se sentem menos encorajados a praticar a violência. "Por isso, esperam ficar em casa. Assim, aumenta a violência no espaço doméstico, um local de proteção para o agressor."

A pesquisa aponta ainda que a maior parte das mulheres agredidas não pede ajuda. Em 2022, foram 45% que não fizeram nada após episódios de violência. Em segundo e terceiro lugar, respectivamente, as mulheres afirmaram ter pedido ajuda para familiares e amigos.

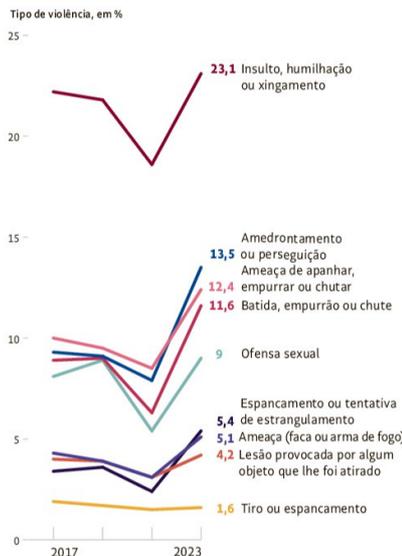
A maior parte afirma acreditar que consegue resolver a questão sozinha (38% das entrevistadas). o segundo maior motivo é a falta de confiança na polícia, resposta dada por 21,3%.

Além disso, 14% dizem não ter provas suficientes para provar terem sido vítima de uma agressão. "A mulher que não tem uma marca física muito evidente, muitas vezes não vai conseguir fazer um boletim de ocorrência e vai voltar para casa. Isso demonstra a incapacidade do estado de lidar com as diferentes formas de violência", diz Bueno.

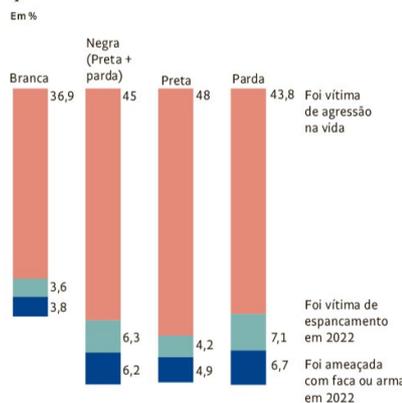
**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50204&maxTouch=0&\\_ga=2.120759310.746155178.1677743281-1380897342.1635735907](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50204&maxTouch=0&_ga=2.120759310.746155178.1677743281-1380897342.1635735907)**

**Todas as formas de violência apresentaram crescimento no último ano**



**Mulheres negras sofrem mais com violências que brancas**



**Mulheres divorciadas estão mais ameaçadas que casadas e solteiras**



Fonte: Pesquisa Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizada a partir de 2.017 entrevistas, sendo 1.042 mulheres, das quais 818 responderam o bloco sobre vitimização. Os questionários foram feitos nos dias 9 e 13 de janeiro de 2023. A margem de erro máxima é de três pontos percentuais. Para esta pesquisa, o instituto ouviu jovens a partir de 16 anos

# PIB do 4º trimestre indica baixo crescimento à frente (Editorial)

O Produto Interno Bruto de 2022 finalmente alcançou o pico anterior, do terceiro trimestre de quase dez anos atrás (2013), ao crescer 2,9%, mas a performance atrasou demais e deverá ceder lugar à expansão medíocre usual. A economia reduziu seu ritmo trimestre a trimestre, até se contrair 0,2% nos últimos quatro meses do ano passado. Esse efeito era esperado para antes, diante da carga pesada dos juros, mas foi postergado pelo festival de estímulos do governo Bolsonaro em ano eleitoral.

As consequências dos incentivos fiscais e para fiscais foram importantes, mas como se previa, efêmeras. Em 2022, o consumo das famílias, que compõem 68% do **PIB** medido pela demanda, cresceu 4,3%-bem mais do que os 2,9% de 2021, quando o **PIB** crescera 5% -, e os serviços, um dos principais destinatários dos recursos, 4,2%. A melhoria no mercado do trabalho, seguida da ampliação da massa salarial e recuperação real dos salários com a queda da **inflação**, garantiram o bom resultado do **PIB**.

No quarto trimestre, porém, ficou clara a reversão de tendências. No ano como um todo, enquanto o consumo das famílias cresceu bem, os investimentos tiveram resultados ruins - a Formação Bruta de Capital Fixo caiu 1,1% na comparação do quarto trimestre contra o terceiro e o consumo das famílias subiu apenas 0,3%. Pelo lado da produção, a indústria teve retração, serviços diminuíram ritmo de expansão para 0,2% e a agropecuária cresceu 0,3%.

O aperto monetário começou a contrair a economia no último trimestre de 2022, atingindo primeiro os investimentos, muito mais sensíveis à taxa de juros, e depois o consumo e o setor de serviços. Na FBCF, houve alento do desempenho da construção, de 6,1%, e desalento no de máquinas e equipamentos, que declinou 7,3%.

Se os sinais emitidos pela desaceleração no desempenho da economia no último trimestre de 2022 se materializarem, o **PIB** crescerá pouco agora, mais em linha com a previsão do Focus, em torno de 0,8%. Há poucos fatores de impulso às atividades em ação e vários que tendem a jogá-las para baixo. O carregamento estatístico é pequeno, de 0,2%, ao contrário da herança do **PIB** de 2021. Pelo menos no primeiro semestre, não há sinais de que o Banco Central vá baixar a guarda e reduzir os juros. A oferta de crédito,

que foi forte para as famílias em 2022, deve se retrair bastante, não só pela alta inadimplência e comprometimento da renda das famílias, como pelos tombos de grandes empresas, como a Americanas, no começo do ano.

O mercado de trabalho, que exibiu um desemprego baixo no trimestre encerrado em dezembro, de 7,9%, já está gerando menos empregos, o que em breve deve se refletir nos salários, que vinham em tardia recuperação. A **inflação**, que deu algum alívio aos rendimentos, deve parar de cair. A expectativa é de que se mantenha na casa dos 5,8%.

Tudo pode mudar, no entanto. O governo recebeu autorização para gastar 2% do **PIB** extras. No Bolsa Família, que abrange 21 milhões de lares, a média de pagamentos deve subir para pouco mais de R\$ 700, diante de R\$ 204 vigentes até agosto de 2022, quando começou a ser pago o Auxílio Brasil. Novo aumento real do salário mínimo será concedido em maio e, não só na União, mas nos Estados, os **servidores públicos** (mais de 10 milhões de pessoas) terão reajustes, o que em geral não ocorria há dois anos.

O que pode ser determinante é a disposição do governo, até agora contida, de fazer gastos contracíclicos. Ao comentar o **PIB** ontem, o presidente Lula se queixou da paradeira da economia. "Se o governo federal não investir dinheiro como indutor do crescimento, nada vai acontecer", disse.

As tensões do baixo crescimento, se espalharão em várias direções. O ministro Fernando Haddad disse que o esquema de reoneração dos combustíveis tem efeitos fiscais positivos suficientes para induzir o BC a baixar os juros. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou esperar da próxima reunião do Copom "um gesto positivo a favor do Brasil".

As divergências internas desaguarão no regime fiscal elaborado na Fazenda. Pelos sinais de fumaça do Planalto e dos líderes do PT, ele não será austero o suficiente para permitir a queda do déficit fiscal e da **inflação**. É nele, porém, que reside a grande possibilidade de virar o jogo. Um plano crível e bem formulado pode mudar radicalmente o humor dos agentes econômicos e abrir a perspectiva de queda da **inflação**, maior crescimento e equilíbrio fiscal-como ocorreu no primeiro mandato de Lula.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187482>

# Regra fiscal pode desagradar céticos - CLAUDIA SAFATLE

## CLAUDIA SAFATLE

O anúncio do novo arcabouço fiscal pode frustrar os mais céticos do mercado porque, tal como está sendo concebido, eles não vão conseguir enxergar na regra uma redução imediata da dívida pública bruta. Vai levar tempo para que isso aconteça. E vai ser menos por causa da redução de despesa, pois o ajuste vai se dar forte na receita, que não vem da regra, mas da **reforma tributária**.

Segundo certo compromisso assumido pelo governo, a **reforma tributária** terá que render ao menos R\$ 100 bilhões aos cofres da União.

Logo, eles (os céticos) não vão conseguir enxergar o todo do arcabouço fiscal de médio prazo na regra, diz uma fonte que está acompanhando a discussão da proposta, que ainda está em construção, de vincular a despesa ao **PIB** per capita e a receita ao **PIB** cheio.

Como o **PIB** cheio é maior do que o per capita, ele vai reduzir a dívida bruta ao longo do tempo. A trajetória da dívida será ainda de aumento, depois de ter caído para 73,1% do **PIB** em janeiro, para depois se estabilizar e começar a cair.

Isso vai depender da aprovação da **reforma tributária** relativa ao IVA - que será federal e terá também o IVA dos Estados e municípios.

Nesse quesito haverá um longo debate e, novamente, os céticos vão olhar para um "copo meio vazio", diz a fonte oficial.

"Não tem bala de prata para a questão fiscal", diz uma outra fonte, que lembra que, no segundo semestre haverá a continuação da **reforma tributária**, relativa ao imposto sobre a renda e sobre o patrimônio.

Enquanto isso, os estrangeiros estão voltando para investir em renda fixa, observa a fonte. A preferência deles é por papéis públicos que se situem na parte longa da curva de juros, que tem pouca liquidez. Os investidores brasileiros ainda devem demorar um pouco para aplicar em títulos da dívida, suspeita a fonte.

Dados do Banco Central indicam que nas últimas semanas houve um ingresso mais substancial de

investidores não residentes. No ano, até o dia 24 de fevereiro, houve ingresso tanto no comercial quanto no financeiro, de US\$ 8,7 bilhões, o que não é pouco.

O arcabouço fiscal tende a ter uma regra única e será calculado com base em projeções quer o Ministério da Fazenda fará para o **PIB** per capita assim como para o **PIB** cheio.

Vai ser uma regra única: a despesa cresce de acordo com o **PIB** per capita e as receitas serão corrigidas pelo **PIB** integral. Não contém, portanto, um sistema de incentivos para o governo cortar gastos, de forma a se aproximar de uma dívida de 60% do **PIB**, que se convencionou ser o limite para os países emergentes.

Há a expectativa de que o mercado doméstico se acalme a partir de alguns elementos que começariam a mudar o jogo.

Sejam os anúncios de medidas fiscais, seja o humor dos não residentes, que estão mais serenos. Os residentes estão com um mau humor exagerado, na opinião de fontes oficiais.

"Estamos, em comparação com o resto do mundo, relativamente bem. Estamos com a dívida menor que estava antes da pandemia. Gastamos muito e mesmo assim terminamos melhor do que era antes da pandemia", comenta a fonte. Apenas dez países no mundo conseguiram se manter com as contas em equilíbrio e com a dívida menor do que antes da covid-19. O fato de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ter sido bem-sucedido na reoneração dos combustíveis e enfrentado a área política do PT é um outro fator que conta muito para virar o jogo junto ao mercado financeiro doméstico.

Acredita-se, no meio oficial, que o mercado já estaria "se acalmando". A curva de juros estava fechando nos últimos dias, mas essa é uma percepção muito recente.

Exemplo do mau humor foi a reação contra o aumento do salário mínimo e o reajuste da tabela do Imposto de Renda.

Ambas representariam um impacto sobre a despesa de pouco mais do que R\$ 5 bilhões.

"Isso é nada!", comenta a fonte, e o governo comprometeu-se em fazer compensação - provavelmente ele vai cortar gastos equivalentes de forma que o impacto seja neutro.

A taxa de juros alcançou os níveis do período pré-impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

Atingiu 6,5% em termos reais e agora começou a cair para algo próximo a 6,2% e 6,3%, patamar ainda bastante alto.

Segundo as fontes oficiais, Haddad anuncia ainda em março o novo arcabouço fiscal, que substituirá o teto de gastos.

Mas a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) deverá chegar ao Congresso Nacional em abril. A PEC vai, como dito no início da coluna, dar um norte, mas não vai resolver nada no curto prazo. Quanto à dívida, ela garante que não vai explodir para 90%, 100% do **PIB**. "É positiva, tem uma história boa para contar, mas é um esquema de médio prazo", comenta.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, reiterou, ontem, o pedido da cabeça do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. O argumento para que o governo o convença a renunciar ou o presidente Lula o demitir - duas soluções apontadas por ela - é que Campos Neto não faz parte da turma do projeto que venceu as eleições.

O projeto, no entanto, não deve ser a mera repetição do então presidente do BC, Alexandre Tombini, que deu um cavalo de pau na taxa básica de juros (Selic) em agosto de 2011, porque o ministro da Fazenda de então, Guido Mantega, acenou com um reforço da meta de superávit primário de R\$ 10 bilhões.

Depois de aumentar os juros para 12,5% ao ano, o Copom cortou os juros na reunião seguinte em 0,5 ponto percentual, dando início a um processo de queda da Selic que foi até 7,25%. Pressões inflacionárias, porém, o levaram o comitê a aumentar os juros até 14,25% ao ano. Esses são atalhos que já experimentamos e não deram certo. Agora, tem gente no PT que cobra uma queda dos juros por causa da medida de reoneração dos combustíveis.

Amigos do presidente do BC dizem que Gleisi está blefando.

"Eles querem que o Roberto permaneça para ser responsabilizado pelo que der errado. São os amigos do Roberto que querem que ele renuncie", disse um deles.

Pela proposta, redução da dívida vai levar tempo

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE  
Regra fiscal pode desagradar céticos

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187482>

# PIB per capita sobe 2,2%, mas voltará a cair

**Lucianne Carneiro Do Rio**

Após recuperar o nível pré-pandemia já em 2021, o Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita fechou 2022 com alta de 2,2% e alcançou R\$ R\$ 46.154,6. Apesar da reação, o indicador ainda está quase 5% (-4,8%) abaixo de 2013, ápice da série histórica, e deve cair este ano e ter pequena variação em 2024, pelas contas da economista Silvia Matos, pesquisadora sênior da Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e coordenadora do Boletim Macro Ibre.

Sua projeção é que o **PIB** per capita recue 0,4% em 2023, diante de uma variação do **PIB** como um todo estimada em 0,3%. O cálculo considera um aumento de 0,68% da população brasileira no ano.

Para 2024, a estimativa é de avanço de 0,3% do **PIB** per capita, para uma alta de 0,9% do **PIB**. No caso de 2024, a taxa de crescimento da população é de 0,65%, que leva em consideração o atual cenário de redução gradativa desse ritmo.

"A gente recuperou, em 2021, o patamar de antes da pandemia no **PIB** per capita. Em 2022, cresceu, mas com o custo da **inflação**. E agora de novo vai ter recuo ou baixo crescimento. Para alguma mudança, é preciso um crescimento sustentado, não o que a gente vê agora", afirma a economista.

O **PIB** per capita é calculado a partir da divisão de uma economia pelo tamanho da sua população. A ideia é relacionar o crescimento de um país com a riqueza de seus habitantes.

Ele funciona principalmente para comparar a situação de um país com os demais.

Há quem considere como uma referência para o padrão de vida da população, apesar de suas limitações.

Isso porque representa uma média e não contempla as desigualdades, que se tornam ainda mais claras no caso de países desiguais como o Brasil.

Na série histórica do **PIB** per capita, iniciada nos anos 80, o maior patamar foi registrado em 2013, antes de os primeiros sinais da crise que se tornou recessão nos anos de 2015 e 2016. Pelas estimativas de Silvia Matos, chegar a esse nível (R\$ 48.472, a preços de 2022) pode levar alguns anos.

Em um exercício que estima em 0,7% a variação anual do **PIB** per capita a partir de 2025 - que foi a média da série histórica -, só seria possível chegar ao patamar de 2013 na próxima década, em 2031, segundo a economista. Mesmo em ritmo maior, de 1,5%, esse nível só seria alcançado no fim de 2028.

Ao avaliar a trajetória do **PIB** per capita, Silvia Matos cita outros fatores como fundamentais para um avanço da produtividade no país, para além do desempenho da economia, como investimento em inovação, em pesquisa e desenvolvimento e em capital humano.

"O capital humano é um gargalo muito grande, que afeta a produtividade.

Em setores como a agropecuária e em partes da indústria, vamos bem. Mas em serviços, com mais peso na economia, é o que está mais distante é o mais difícil de ser resolvido. Precisamos de caminhos para aumentar o potencial de crescimento", afirma, ao lembrar que um desses caminhos é a **reforma tributária** que está em discussão no momento.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187482>

# Governadores cobram diálogo com governo sobre decisões econômicas

**Caio Sartori e Paula Martini Do Rio**

Governadores que estão reunidos no Rio para o 7º encontro do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) querem passar a ser ouvidos pelo governo federal antes de decisões que envolvam reajustes de **impostos**, caso dos combustíveis, ou impactem a folha de pagamento dos Estados, como o piso do magistério. Os mandatários vão apresentar, enquanto consórcio, o pedido à União.

"Queremos que os Estados sejam mais ouvidos nessas decisões.

Isso é uma coisa que falamos na época do aumento do piso do magistério e em outras situações, nas quais os Estados já pleitearam e vão continuar pleiteando serem ouvidos antes disso ser divulgado, até porque nos impacta diretamente", explicou o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), anfitrião do evento que começou nesta quinta-feira e vai até sábado.

Perguntado sobre a decisão desta semana do governo de reonerar os combustíveis, Castro destacou que é preciso haver uma solução concreta, não apenas provisória. "Nada parcial e temporário é bom, temos que achar uma solução definitiva", afirmou Castro. O governador defende ainda que haja uma alíquota média nacional para os combustíveis, a fim de evitar discrepância entre os Estados.

Para Renato Casagrande (PSB), do Espírito Santo, é necessário também resolver a compensação pelas perdas de receita do ano passado, acarretadas pela redução do ICMS.

Uma reunião no dia 6 versará sobre o tema. "Ainda não conseguimos fechar o valor. Tem um problema que envolve São Paulo, Alagoas, porque conseguiram [a compensação] há muito tempo e a compensação com dívida já é muito mais do que o governo quer compensar com os Estados", disse. O capixaba, no entanto, elogiou a abertura do governo Lula para o diálogo.

Sediado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em Botafogo, zona sul do Rio, o encontro do Cosud teve como tema do primeiro dia o saneamento. Foi apresentada, por exemplo, a experiência do Estado que sedia o evento com a privatização da Cedae, que

passa agora por estudos para entrar na bolsa. Castro prometeu finalizar até o 2º semestre um edital para abrir o capital da Cedae a todos os players do mercado.

No segundo dia, o assunto será a **reforma tributária** - o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem palestra prevista. No sábado, o Cosud chega ao fim debatendo o pacto federativo. Também será apresentada a "Carta do Rio", texto que vai reunir as principais diretrizes discutidas nestes dias, incluindo o pedido de diálogo antes de decisões federais que impactem os Estados.

Participaram da abertura, além de Castro e Casagrande, os governadores do Paraná, Ratinho Júnior (PSD) e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). O secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, representou o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que é esperado no Rio nos próximos dias.

Assim como Tarcísio, os governadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina enviaram representantes e também têm viagens previstas para a sede do evento. O secretário de assuntos federativos do Ministério das Relações Institucionais, André Ceciliano (PT), ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio, representou o governo federal, e o prefeito carioca, Eduardo Paes (PSD), participou em nome da cidade-sede.

Paes pregou a necessidade de revisar o pacto que surgiu com a Constituição de 1988. "Só para tratar do tema tributário, há uma delegação de responsabilidades absurdas para municípios e governos estaduais", afirmou.

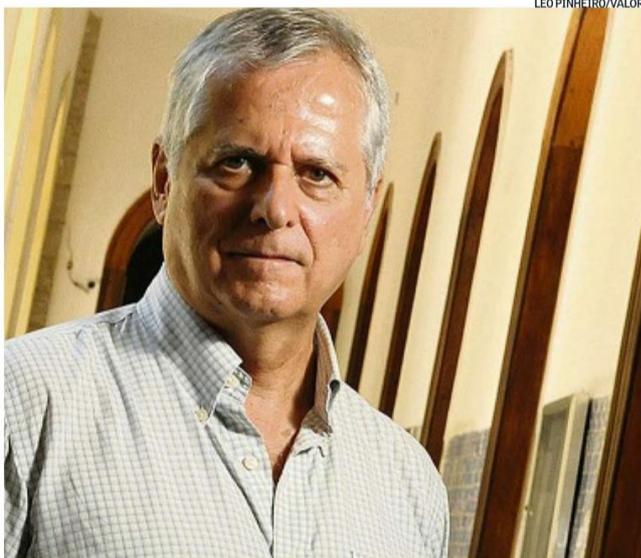
## Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Governadores cobram diálogo com governo sobre decisões econômicas

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187482>

# "Debate sobre meta da inflação não ajuda 2023", diz economista



Francisco Eduardo Pires de Souza: "Alto nível de endividamento é um freio"

**Lucianne Carneiro Do Rio**

Coordenador do Grupo de Conjuntura Econômica e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Francisco Eduardo Pires de Souza acredita que o crescimento da economia em 2023 pode ser maior que o esperado pelo mercado - diante dos efeitos ainda em curso do aumento da massa salarial, da expansão fiscal e do Bolsa Família -, mas vê como negativo o debate sobre metas de **inflação** e reconhece o aumento de incertezas na economia.

Para Souza, os núcleos de **inflação** ainda estão elevados e o histórico de hiperinflação sugere cuidado para tratar do tema. De qualquer forma, diz que ainda "tem jogo a ser jogado" e não há um juízo definitivo dos mercados (produtivo e financeiro) sobre a política econômica do governo.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: PIBde2022 O principal fato por trás do crescimento em 2022 foi a reabertura dos serviços. A vacinação começou em janeiro de 2021, mas foi devagar e só no fim de 2021 é que as pessoas começaram a se sentir mais à vontade. Foi como um efeito mola, que estava reprimido, e veio muito associado com a demanda de consumo das famílias. Foi ajudado também por uma poupança acumulada de forma involuntária na pandemia.

Renda das famílias Tem também o fator de crescimento da renda das famílias. O crescimento da ocupação cresceu muito e o rendimento do trabalho, que estava com taxas negativas no início do ano, começou a crescer. São impressionantes os dados da massa salarial real, que têm muito a ver com a **inflação**. Quando ela sobe, o salário real cai porque é reajustado pela **inflação** passada e corroído pela **inflação** atual. Depois, a partir de meados do ano, aconteceu o contrário. E o próprio aquecimento de serviços também pressionou o rendimento. E tem outra coisa, que é a construção civil, que pesa menos que os serviços, mas cresceu muito entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2022, e foi empregando gente.

Anode2023 Minha preocupação com 2023 é que esses ciclos-dos serviços e da construção-se esgotam. No quarto trimestre, já se percebe desaceleração. Das cinco categorias de serviços, a única abaixo do pré-pandemia é a de serviços prestados às famílias. A indústria caiu. Outra questão é da política monetária. As taxas de juros estão elevadas há bastante tempo e afetam a atividade econômica. A política monetária contracionista tem efeito negativo sobre a demanda de consumo e o nível de atividade das próprias empresas. Por outro lado, há fatores em 2023 que podem contribuir de forma positiva. A agropecuária, que puxou o **PIB** para baixo em 2022, tem expectativa de crescimento forte e pode avançar em torno de 10%/11%. Só isso já daria um **PIB** de 0,8%. Existe também uma espécie de efeito inercial do crescimento da massa salarial, que foi de 12,8% no quarto trimestre. É muito forte e afeta consumo. Por fim, vai haver expansão fiscal enorme, com alta de gastos, pela PEC da Transição. Nessa área, tem aumento do funcionalismo, reajuste real do salário mínimo e o ingrediente adicional no Bolsa Família para crianças. Tudo isso aumenta a renda disponível das famílias.

Endividamento Há dois fatores para afetar o consumo. De um lado, mais renda disponível para as famílias, que favorece o consumo. De outro, o nível de endividamento das famílias está muito elevado. Não se sabe exatamente qual vai ser o efeito de iniciativas como a renegociação de dívidas da Febraban e o Desenrola, do governo, para que se possa voltar a tomar crédito para consumir. De todo modo, esse alto nível de endividamento é um freio.

Incertezas A gente já tinha um risco fiscal muito grande e essa PEC da Transição foi algo que impactou muito as expectativas. Há preocupação com crescimento de dívida pública, de descontrolado. Tudo depende de como se darão os próximos passos. Nesse episódio recente dos combustíveis, de um lado o mercado não gostou por causa da Petrobras e do imposto. Mas também se demonstrou que algo avançou no pacote do [ministro Fernando] Haddad. Foi uma vitória parcial. Muitos achavam que haveria situação de expectativas totalmente negativas e incerteza espalhada. E não é bem assim. Acho que existe um entendimento do mercado produtivo e do mercado financeiro de esperar para ver, de como esse processo será conduzido.

Regras do jogo Se houver demonstração de que existe, digamos assim, responsabilidade fiscal, de que a dívida pública ficará sob controle, isso vai reduzir muito as incertezas. Mas também tem coisas positivas, como as relações internacionais e a questão do meio ambiente. Tem o jogo a ser jogado e veremos o que acabará dominando.

Certamente as incertezas não desapareceram, são elevadas e o risco fiscal é grande. A gente está em um momento em que não existe um juízo definitivo, tudo vai depender dos próximos passos - do arcabouço fiscal, da **reforma tributária** e de outras iniciativas da política econômica. Aos poucos, vai se dando um desenho mais claro de quais são as regras do jogo, da tendência da política econômica... Na hora que ficar mais claro, ou as incertezas diminuem, ou pode-se perder o controle sobre as expectativas dos investidores, e aí os impactos sobre a economia seriam muito negativos.

Mudança de meta Acho debater meta de **inflação** contribui para a incerteza atual. Não era o caso de fazer isso agora. Comecei a discutir conjuntura na época da hiperinflação, e a gente passou tanto tempo para conseguir vencê-la... O risco inflacionário ainda é grande na economia brasileira. Começar a discutir meta passa uma sinalização de maior disposição de convívio com inflação mais alta. Acho que é negativo, gera incerteza e até contribui para a **inflação** ser mais alta, porque afeta as expectativas inflacionárias. A **inflação** já estava descendo, chegou a 12% e estava caindo. Acho que não seria o caso de mudar.

**Inflação** A **inflação** até que desacelerou bastante, mas o chamado núcleo da **inflação** ainda está alto, em torno de 8%. Isso mostra que a **inflação** alta ainda está aí. Como somos economia que teve hiperinflação e ainda tem alguma indexação, deveria se tomar mais cuidado. Nesse sentido, há uma diferença com o primeiro governo Lula. O Lula 1 também começou com **inflação** alta, mas tentou controlar imediatamente e

aumentou o superávit fiscal logo no início. Dessa vez, a opção foi diferente. E não se sabe que consequências terá. Há risco de a **inflação** acelerar nessa opção.

O Boletim Focus está com **inflação** de 5,9% e crescimento de 0,8%. Minha aposta é que o crescimento do **PIB** vai ser maior, uma estimativa preliminar seria 1,3%, principalmente por causa do primeiro semestre, mas a **inflação** também vai ser maior, pelo que estou vendo agora.

Corte de juros É difícil dizer, mas nesse cenário acho pouco provável ter espaço para reduzir juros neste ano. A não ser que haja alguns fatores externos que podem ajudar na **inflação**, como preço de petróleo, queda de commodities e até eventualmente uma redução da taxa de câmbio. Mas pelo que se vê neste momento acho difícil.

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

"Debate sobre meta da **inflação** não ajuda 2023", diz economista

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187482>

# Na contramão do Congresso, PT endossa CPI dos atos golpistas na Câmara do Distrito Federal

*Por Eduardo Gonçalves*

Na contramão do que acontece no Congresso Nacional, partidos da base do governo Lula, como PT e PSOL, apoiaram a instalação de uma CPI na Câmara do Distrito Federal sobre os atos golpistas de 8 de janeiro. O Palácio do Planalto tenta barrar a criação de uma comissão com o mesmo fim no plano federal, temendo que ela atrapalhe sua agenda legislativa, que tem entre as prioridades a **reforma tributária** e a criação de uma nova âncora fiscal que substitua o teto de gastos.

A CPI da Câmara Distrital contou também com o apoio de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro e do governador afastado Ibaneis Rocha (MDB). A proposta da comissão, inclusive, só saiu do papel depois que foi firmado um acordo entre os parlamentares da oposição e da base de Ibaneis, que aproximou-se de Bolsonaro durante a gestão do ex-presidente. Conforme o combinado, o PT ficou com a presidência da CPI, e o MDB, com a relatoria.

O objetivo dos bolsonaristas, tanto no DF quanto no Congresso, é responsabilizar autoridades federais por omissão nas ações para impedir os ataques às sedes dos três Poderes.

Primeiro a depor na CPI da Câmara Distrital, o ex-secretário executivo da Segurança Pública do DF, delegado da Polícia Federal Fernando de Sousa Oliveira, afirmou ontem que houve "passividade" por parte da Polícia Militar na contenção dos manifestantes golpistas que atacaram as sedes dos três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro.

- Eu me senti impotente. (...) Não houve resistência à invasão. Eu posso dizer que houve uma certa passividade (por parte da PM-DF). Isso vai ser apurado por meio do inquérito policial, o que ocorreu de errado na execução (do plano) - disse ele.

Na versão dada por Oliveira, houve um erro na execução do plano elaborado pelo Departamento de Operações da Polícia Militar (DOP) para controlar o ato golpista. Segundo Oliveira, o então secretário de Segurança, Anderson Torres, também não deixou

nenhuma orientação específica para aquele dia, antes de viajar para os Estados Unidos.

- O secretário tinha me demandado a questão dessa operação que estava prevista para os dias 7, 8 e 9. Tive uma explicação de como funcionava o plano de ação integrada e como eram outros protocolos. O secretário Anderson disse que deixaria o protocolo assinado e não deixou nenhuma orientação específica - afirmou.

Ao ouvir as declarações do ex-secretário, o presidente da CPI, deputado distrital Chico Vigilante (PT), comentou:

- Eu começo a concluir que o senhor foi traído.

Ex-número 2 de Anderson Torres, foi Oliveira quem enviou um áudio a Ibaneis relatando que o clima da manifestação estava "tranquila", "controlada" e "amena" três horas antes da invasão na Esplanada dos Ministérios.

Também estava marcado para ontem o depoimento da ex-subsecretária de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do DF Marília Ferreira Alencar. A oitiva, no entanto, foi adiada para a próxima quinta-feira. Tanto Oliveira quanto Marília foram exonerados do cargo pelo então interventor federal, Ricardo Cappelli, no dia 10 de janeiro.

Nesta quinta-feira, Anderson Torres pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que possa ficar em silêncio durante a CPI da Câmara Legislativa do DF. A audiência do ex-ministro na CPI está prevista para a próxima quinta-feira. O colegiado coloca Torres como um dos principais alvos tanto da oposição quanto de aliados de Ibaneis.

A defesa de Torres invoca ao STF precedentes que tratam do direito ao silêncio em circunstâncias semelhantes. No primeiro depoimento prestado à Polícia Federal, o ex-secretário também ficou em silêncio. Em nova oitiva, disse que a minuta com a proposta de decreto golpista encontrada em sua casa era um documento "descartável".

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/03/na-contramao-do-congresso-pt-endossa-cpi-dos-atos-golpistas-na-camara-do-distrito-federal.ghtml>**



# Índice em queda mostra resultado preliminar de ajustes econômicos (Artigo)

**CASSIANA FERNANDEZ VINICIUS MOREIRA MIRELLA  
SAMPAIO, ECONOMISTAS PARA O BRASIL DO J.P.  
MORGAN**

A divulgação dos resultados trimestrais do **PIB** costuma ser uma boa oportunidade para afastar os ruídos e identificar o que os sinais vitais da economia nos contam.

Desde meados de 2020, a norma tem sido surpresas positivas.

Se, no início de 2021 se esperava um crescimento de 3,4%, ao fim vimos a economia expandir 5%. Situação semelhante ocorreu em 2022: há um ano as projeções apontavam para uma expansão de 0,3%, mas tivemos uma expansão de 2,9%.

Identificamos uma série de fatores por trás de tais resultados.

Primeiro, os efeitos da reabertura foram mais prolongados e intensos do que o esperado, provavelmente devido ao grande volume de poupança acumulada em meio à pandemia.

Segundo, o ano passado foi marcado pelas repercussões de um choque positivo sobre os preços de commodities, que se traduziu em um choque de renda para a economia brasileira.

Terceiro, na esteira de um nível de preços mais elevados, a arrecadação expressiva de **impostos** encorajou a adoção de uma política fiscal mais expansionista em um ano eleitoral.

Por fim, nos deparamos com um mercado de crédito robusto, a despeito de sucessivas elevações da taxa de juros. Por um lado, retrato da manutenção da política monetária em território expansionista por um período prolongado. Por outro, reflexo de importantes mudanças no ambiente regulatório e competitivo para o setor bancário, exemplificado pela crescente importância das chamadas fintechs.

Porém, as perspectivas para 2023 são menos auspiciosas. É bem verdade que o setor agrícola deve apresentar forte expansão neste ano. Mas, ainda que a economia global apresente crescimento robusto, projetamos uma acomodação dos preços de

commodities em níveis menores, em particular na segunda metade do ano. Além disso, o aperto financeiro global deve ser mais pronunciado do que era imaginado. Na economia doméstica, o setor de serviços já apresenta sinais de desaceleração, enquanto os dados do mercado de trabalho mostram sinais de uma virada.

O desempenho da economia brasileira neste e nos próximos anos, portanto, dependerá das decisões de política econômica tomadas nos próximos meses - aqui e lá fora. Uma coordenação entre as políticas fiscais e monetárias para reduzir a **inflação** brasileira é ideal para reduzir o custo desse ajuste necessário.

A promoção de medidas para impulsionar o crescimento de curto prazo pode até evitar uma recessão neste ano, mas - como a história recente do Brasil nos revelou - provavelmente, o faria ao custo de um sacrifício ainda maior no futuro.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# PF investigará quebra de sigilo pela Receita



Adversários. Paulo Marinho e Bebianno, ex-aliados do presidente Bolsonaro: sigilos fiscais quebrados ilegalmente

**EDUARDO GONÇALVES, GERALDA DOCA E RENAN MONTEIRO** *politica@bsb.oglobo.com.br* BRASÍLIA -

A Polícia Federal (PF) vai abrir um inquérito para apurar a quebra de sigilos fiscais de desafetos do ex-presidente Jair Bolsonaro. O objetivo é investigar as circunstâncias que levaram o ex-chefe de inteligência da **Receita Federal** Ricardo Feitosa a acessar e copiar dados sigilosos do ex-procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro Eduardo Gussem - coordenador das investigações sobre o esquema de "rachadinhas" na Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj) -, do empresário Paulo Marinho e de Gustavo Bebianno, ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência que morreu em 2020. Os dois últimos são ex-aliados de Bolsonaro e romperam com ele durante o último governo. A devassa ocorreu durante a gestão do ex-presidente.

O caso, revelado pelo jornal Folha de S. Paulo, gerou um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra Feitosa em março de 2020. As violações teriam ocorrido em 2019. O PAD foi concluído com a recomendação de demissão de Feitosa. Servidor de carreira, ele atua hoje como auditor fiscal da administração **aduaneira** da Receita em Cuiabá. O processo de demissão do servidor está na mesa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

**RIGOR NA PUNIÇÃO** Ontem, Haddad afirmou que será "muito rigoroso" no caso de Feitosa e que a violação de sigilo fiscal "não pode acontecer na **Receita Federal**".

-Eu pedi para garantir todos os expedientes legais para que não haja contestação da decisão tomada, qualquer que seja. Justamente para que a gente tenha o respeito ao devido processo legal. Vou ler o processo para saber do que se trata, mas violação de

sigilo fiscal é uma coisa que não pode acontecer na **Receita Federal**.

Um auditor deve saber de suas responsabilidades.

A Fazenda avalia afastar Feitosa da função, inicialmente por 30 dias, antes de publicar a sua exoneração. O afastamento, que pode ser prorrogado, tem o objetivo de evitar que o servidor use a função para prejudicar as investigações.

Conforme o GLOBO mostrou nesta semana, Haddad está inclinado a demitir Feitosa.

- Assim que o processo chegar à minha mesa, eu vou tomar a decisão cabível, garantindo ao servidor o direito de se defender, mas nós seremos muito rigorosos com aquilo que é preocupação do contribuinte brasileiro. Ninguém pode se sentir violado na sua privacidade, sobretudo em relação ao seu sigilo fiscal. O processo administrativo está absolutamente adiantado, já está no último estágio, que é na Procuradoria-Geral. Meu despacho deve acontecer nas próximas semanas -afirmou.

A PF também vai investigar as suspeitas de que o atual corregedor da **Receita Federal**, João José Tafner, sofreu pressão do antigo comando do órgão fiscal para arquivar o processo disciplinar. Foi na gestão de Tafner que o procedimento foi instaurado e concluído.

Em nota, a Receita informou que, durante reunião em 3 de janeiro, houve "relato de fatos e eventos que podem, em tese, configurar ilícito a ser devidamente apurado".

Segundo o texto, os depoimentos foram registrados em ata subscrita pelo secretário especial Robinson Barreirinhas e "enviada à Corregedoria do Ministério da Fazenda".

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Lula afirma que crescimento de 2,9% em 2022 é nada"

**Nathalia Garcia Renato Machado Marianna Holanda**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro Fernando Haddad (Fazenda) comentaram em tom crítico o resultado do **PIB** (Produto Interno Bruto) no último ano do governo Jair Bolsonaro (PL), alimentando o discurso de que há uma herança maldita deixada pela gestão anterior na área econômica.

Em meio à preocupação no governo com os indicadores no começo do mandato, Lula disse que a economia brasileira não cresceu "nada, nada, no ano passado" e defendeu investimentos públicos para aquecer a atividade. Já o titular da Fazenda destacou a retração de 0,2% registrada no quarto trimestre em vez do crescimento de 2,9% observado no ano cheio, responsabilizando a antiga gestão e a taxa de juros.

"Houve uma reação do Banco Central às atitudes do governo anterior no período eleitoral, que ensejou aumento da taxa de juros, o que explica essa desaceleração", disse o ministro, acrescentando, no entanto, que não trabalha com a perspectiva de recessão em 2023.

Em junho de 2022, Bolsonaro articulou um pacote de até R\$ 50 bilhões para tentar frear a **inflação** e conter o impacto no bolso dos consumidores, liberando benefícios sociais turbinados à população e cortando **impostos**.

Haddad ressaltou que o país está em uma curva "descendente" e diz que o governo tem o desafio de reverter o cenário. "Estamos em uma curva descendente agora, todo o desafio do Ministério da Fazenda, da área econômica, é reverter esse quadro e promover uma curva ascendente do crescimento do **PIB**".

O resultado do **PIB** em 2022 veio ligeiramente abaixo da mediana das estimativas do mercado (3%). Por outro lado, o crescimento anual médio durante a gestão Bolsonaro foi de 1,45% -superando o período anterior, de Dilma-**Temer** (de 0,71%). Já Lula obteve expansão de 4,09% em suas outras passagens pela presidência.

"Não sei se vocês perceberam, mas hoje foi publicado os dados [do **PIB**] do último trimestre do ano. A

economia brasileira não cresceu nada, nada, no ano passado. Então o desafio que temos agora é fazer a economia voltar a crescer. E temos que fazer investimentos", disse o presidente da República.

Lula disse que a antiga gestão investiu cerca de R\$ 20 bilhões nos quatro anos em que esteve à frente do país, enquanto ele vai destinar R\$ 23 bilhões para esse fim apenas em 2023.

Segundo ele, investimentos públicos não substituirão a iniciativa privada em sua gestão, mas serão um indutor do crescimento.

"A economia, para crescer, precisa que haja investimento privado. E, se não houver investimento privado, que haja o investimento público. Não é que a gente quer que o Estado faça as coisas que a gente tem que fazer. Mas, se o governo federal não investir dinheiro como indutor do crescimento, nada vai acontecer", disse.

O mandatário afirmou que vai lançar um programa para que os bancos públicos e bancos de desenvolvimento nacionais sejam usados para a promoção de investimentos, gerando empregos e contribuindo para um melhor desempenho da economia. E citou nominalmente a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

"Quero dizer aqui que a gente está lançando um programa, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o BNB, o Basa, o BNDES, pode ter certeza, vão voltar a investir dinheiro para gerar emprego, gerar desenvolvimento e gerar a distribuição de renda efetiva para esse país."

Destoando de Lula e Haddad, a ministra Simone Tebet (Planejamento) considerou o **PIB** uma "boa notícia" e disse que os números criam oportunidade de dialogar com o Banco Central para mostrar que não há **inflação** de demanda -o que abriria caminho para uma suavização na política de juros.

"Estamos fazendo dever de casa com o **PIB** [que], apesar de ser do ano passado, se mostrou positivo a ponto de podermos estar num diálogo com o Banco Central e com o Copom, mostrando que a **inflação** não é por demanda. Tivemos crescimento acima das

expectativas e estamos fazendo o dever de casa".

País não pode ficar refém de Campos Neto, diz presidente

Lula voltou a criticar o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e disse que o país não pode ficar refém dele. "Ora, por que esse cidadão, que não foi eleito para nada, ele acha que ele tem o poder de decidir as coisas e ainda "vou pensar como posso ajudar o Brasil". Não, você não tem que pensar em como ajudar o Brasil, você só tem que pensar como reduzir a taxa de juros para que este país volte a ter crédito", disse, a Reinaldo Azevedo, na BandNews.

"E isso não é bravata minha porque não tenho interesse de ficar brigando com presidente do Banco Central. A única coisa que eu acho é o seguinte: este país não pode ser refém de um único homem."

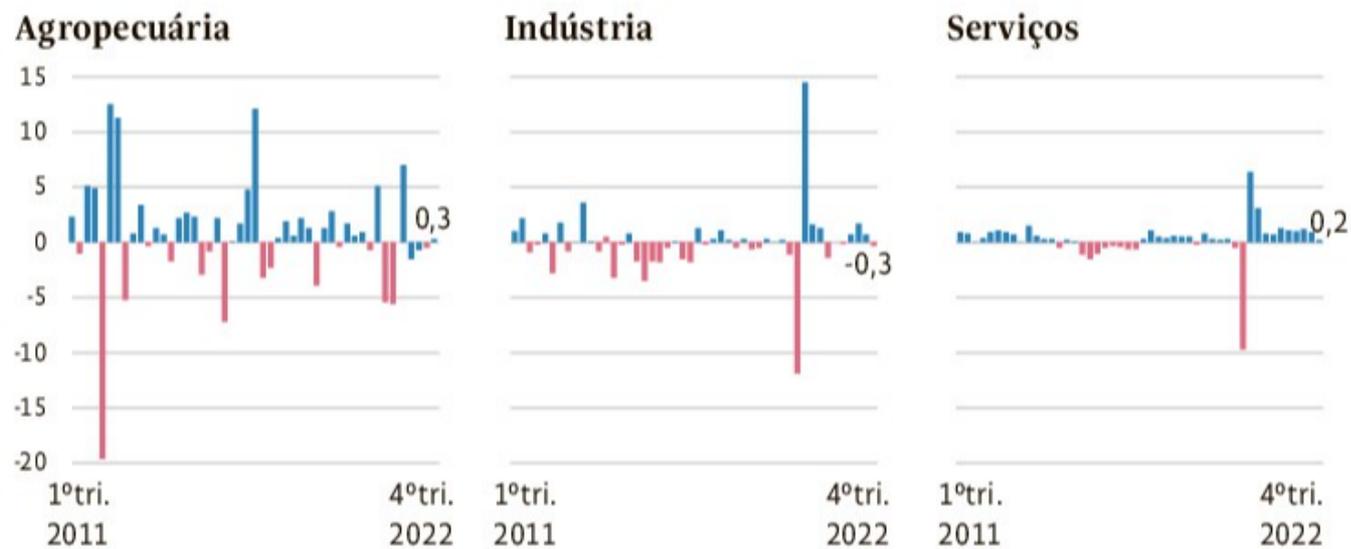
Desde que o BC decidiu manter os juros em 13,75%, começou uma crise entre Campos Neto e o Lula. Aliados do petista aconselharam-no a cessar os ataques, o que ocorreu por alguns dias.

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50204&maxTouch=0&\\_ga=2.120759310.746155178.1677743281-1380897342.1635735907](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50204&maxTouch=0&_ga=2.120759310.746155178.1677743281-1380897342.1635735907)**

## Desempenho do PIB dos três setores no 4º trimestre de 2022

Variação do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

# O pouso do PIB (Editorial)

Com queda de 0,2% no quarto trimestre, a economia brasileira encerrou 2022 com crescimento de 2,9%. O resultado final foi bem superior ao esperado de início, mas a perda de vigor aponta dificuldades no presente e no futuro próximo.

No primeiro semestre do ano passado houve dinamismo, resultado da abertura após o pior da pandemia, que impulsionou principalmente os serviços e teve forte impacto na geração de empregos. Naquele momento, o Produto Interno Bruto se expandiu em ritmo anualizado na casa dos 4%.

Já na segunda metade do ano, com aperto dos juros para conter a **inflação** e esgotamento do impulso de demanda, mesmo com as medidas eleitoreiras de Jair Bolsonaro (PL), ficou evidente o risco de desaceleração, que agora se confirma.

As perspectivas para 2023 são modestas, de alta entre 0,5% e 1% nas projeções mais comuns entre os analistas. Parte desse prognóstico se assenta na expansão da agropecuária, em razão das boas expectativas para a safra de grãos com preços ainda elevados. Assim, o **PIB** deve voltar a ter variação positiva neste primeiro trimestre.

Mais adiante, contudo, o quadro é de estagnação ou avanço fraco da indústria e dos serviços. As estimativas apontam para aceleração apenas dos gastos públicos. Em circunstâncias normais, já seria o momento de visualizar o início de cortes de juros -hoje a taxa básica está em 13,75% ao ano- por parte do Banco Central, mas tal providência é incerta diante da **inflação** elevada e dos ruídos em torno do rumo da política econômica, alimentados pelo próprio governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O embate do presidente com o BC, como já se tomou óbvio, é contraproducente. Os queixumes contra as metas para o IPC A não favorecerão a redução da Selic, dado que diversos indicadores de preços, como o do setor de serviços, ainda se encontram acima dos 6% em 12 meses, sem sinais claros de queda.

O perigo principal agora é que a impaciência do governo leve a medidas aventureiras, como nova rodada de aumento de gastos e intervenções setoriais que no passado só trouxeram instabilidade.

Para Lula, que fez pouco do resultado do **PIB** de 2022, o desafio será levar a economia a progredir de modo duradouro. Para tanto, a receita passa por

sinalizações claras de que haverá controle da dívida pública, reformas consistentes na área tributária e preservação de um ambiente institucional que favoreça investimentos.

Na infraestrutura, em particular, deve-se buscar reforço das agências reguladoras, concessões e parcerias público-privadas.

Assim se derrubam juros. Progredir dá trabalho e demanda mais que discursos inflamados.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50204>

# Economia cresce 2,9% em 2022, mas perde ritmo e encolhe no 4º trimestre

**Leonardo Vieceli Eduardo Cucolo**

A economia brasileira fechou o ano de 2022 com crescimento acumulado de 2,9%, conforme dados do **PIB** (Produto Interno Bruto) divulgados nesta quinta-feira (2) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado veio ligeiramente abaixo da mediana das estimativas do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam alta de 3%.

No recorte do quarto trimestre de 2022, o **PIB** ficou negativo após cinco avanços consecutivos. O recuo foi de 0,2% em relação aos três meses imediatamente anteriores, o que reflete um cenário de desaceleração da atividade econômica.

A perda de ritmo era aguardada por analistas em razão do efeito defasado da elevação dos juros. A variação negativa veio em linha com as projeções de economistas consultados pela Bloomberg, que também apontavam baixa de 0,2%.

"O aumento contínuo dos juros tem um certo delay [atraso]. Então, já era esperado que a economia, com essas taxas de juros elevadas, fosse para a desaceleração", disse Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

O crescimento de 2,9% em 2022 é o segundo consecutivo, após alta de 5% em 2021. A economia havia amargado queda de 3,3% em 2020, período inicial da pandemia.

Com o novo resultado, o crescimento médio anual da economia no governo Jair Bolsonaro (PL) foi de 1,45%, segundo dados preliminares (os números de 2021 e 2022 ainda podem ser revisados). Nos governos FHC (1995-2002), houve expansão de 2,44% na média. Nas duas primeiras gestões Lula (2003-2010), de 4,09%. No período Dilma Rousseff-Michel **Temer** (2011-2018), de 0,71%.

O **PIB** totalizou R\$ 9,9 trilhões em 2022. O **PIB** per capita, que divide a riqueza pelo número de habitantes, alcançou R\$ 46.154, avanço real de 2,2% ante 2021.

O ano passado foi marcado pelo fim das restrições da

Covid-19, o que estimulou a circulação de pessoas e o consumo de serviços, especialmente turismo. Também houve sinais de retomada do mercado de trabalho.

Além disso, o governo Jair Bolsonaro (PL) adotou medidas de estímulo à atividade econômica às vésperas das eleições. Ampliação do Auxílio Brasil e cortes tributários sobre combustíveis fazem parte da lista.

Por outro lado, a elevação dos juros para conter a **inflação** criou uma trava ao crescimento econômico, sobretudo no segundo semestre, já que o crédito ficou mais caro para famílias e empresas.

Nesse cenário, analistas passaram a prever uma desaceleração mais forte do **PIB** na reta final do ano passado. O movimento, dizem, tende a prosseguir em 2023, o primeiro ano do novo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Apesar do bom desempenho no ano, o resultado do 4º trimestre (-0,2%) confirma nossa leitura de que a desaceleração da atividade já está em curso", afirmou a economista Claudia Moreno, do C6 Bank.

No acumulado de 2023, a alta esperada para a economia brasileira é de 0,84%, conforme a mediana da edição mais recente do boletim Focus, divulgada pelo BC (Banco Central) na segunda-feira (27). A publicação reúne estimativas de instituições financeiras.

Em fevereiro, a decisão do BC de manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano motivou uma ofensiva de Lula contra o presidente da instituição, Roberto Campos Neto. O petista chegou a dizer que o patamar da Selic é uma "vergonha".

O ano de 2022 foi o segundo seguido em que os economistas do setor público e privado foram surpreendidos com uma atividade econômica mais forte do que as projeções de um ano antes.

Em 2021, a economia cresceu 5%, ante uma estimativa inicial de 3,4%. Em 2022, cresceu 2,9%, bem acima dos 0,4% esperados um ano antes, de acordo com o boletim Focus.

O fim de algumas restrições impostas pela pandemia

no setor de serviços e no mercado de trabalho, um miniboom de preços de commodities e medidas de estímulo ao consumo explicam a maior parte das surpresas no **PIB** do ano passado.

Esse "pessimismo" também pode ser explicado por uma frustração quando se olha para um prazo mais longo. Projetou-se um crescimento médio de 1,9% ao ano de 2017 a 2019, na saída da recessão de 2014-2016, mas o resultado foi de 1,4% ao ano. Ou seja, menor que o estimado.

Pelo lado da oferta, o crescimento do **PIB** em 2022 foi puxado pelas altas nos serviços (4,2%) e na indústria (1,6%), que juntos representam cerca de 90% do indicador. Na contramão, a agropecuária recuou 1,7%, sob efeito da quebra da safra de soja.

"Desses 2,9% de crescimento em 2022, os serviços foram responsáveis por 2,4 pontos percentuais. Além de ser o setor de maior peso, foi o que mais cresceu, o que demonstra como foi alta a sua contribuição na economia no ano", afirmou Palis, do IBGE.

Ela destacou o crescimento dos serviços de transportes e do ramo de outros serviços. "Foi uma continuação da retomada da demanda pelos serviços após a pandemia de Covid-19. Em outros serviços, podemos destacar setores ligados ao turismo, como serviços de alimentação, serviços de alojamento e aluguel de carros", disse Palis.

Pelo lado da demanda, o destaque veio do consumo das famílias. A alta foi de 4,3% no ano passado.

Palis associou o avanço a fatores como demanda reprimida por serviços, poupança das famílias na pandemia e mercado de trabalho em retomada.

O consumo, porém, também deu sinais de perda de ritmo no quarto trimestre. O indicador teve variação positiva de 0,3% frente aos três meses imediatamente anteriores. A alta havia sido maior, de 1%, no terceiro trimestre.

Pelo lado da oferta, os serviços mostraram comportamento semelhante. O setor avançou apenas 0,2% no quarto trimestre, após alta de 0,9%.

A indústria, por sua vez, recuou 0,3% de outubro a dezembro, depois da subida de 0,7% nos três meses anteriores. Já a agropecuária avançou 0,3% no quarto trimestre, após variação negativa de 0,5%.

Como de costume, o IBGE fez revisões em dados anteriores da série histórica. A elevação do **PIB** no terceiro trimestre de 2022, por exemplo, passou de 0,4% para 0,3%.

Os números também reforçam a avaliação de que o crescimento ficou mais concentrado na primeira metade do ano. O **PIB** cresceu 1,3% no primeiro trimestre de 2022, 0,9% no segundo e 0,3% no terceiro, seguido pela baixa de 0,2% no quarto.

"Essa desaceleração era esperada porque os juros estão elevados. Eles têm efeito defasado, algo que demora a chegar", aponta a economista Juliana Trece, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Além dos juros elevados, o fôlego menor da economia global e a **inflação** persistente são apontadas como questões que devem inibir a atividade em 2023. A agropecuária, por sua vez, caminha para uma safra maior do que em 2022, o que tende a gerar alívio no **PIB**.

"Os efeitos positivos da reabertura econômica já se esgotaram, as maiores economias do mundo também encontram dificuldade para crescer e os preços das commodities estão em queda. Em um ambiente de baixo crescimento global, fica difícil para a economia brasileira alcançar um desempenho mais robusto", afirmou a economista Claudia Moreno, do C6 Bank.

O banco prevê alta de 1% para o **PIB** de 2023. Segundo Moreno, esse desempenho "pode ser um pouco melhor" com o recorde esperado para a safra de grãos e os benefícios sociais que devem ser pagos pelo governo.

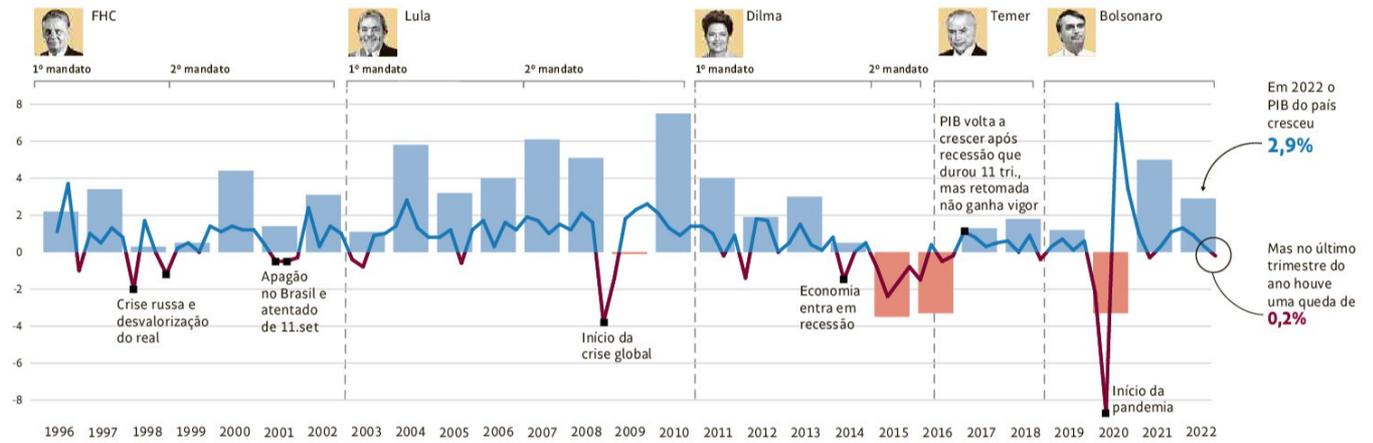
**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50204&maxTouch=0&\\_ga=2.120759310.746155178.1677743281-1380897342.1635735907](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50204&maxTouch=0&_ga=2.120759310.746155178.1677743281-1380897342.1635735907)

### PIB do Brasil cresce 2,9% em 2022

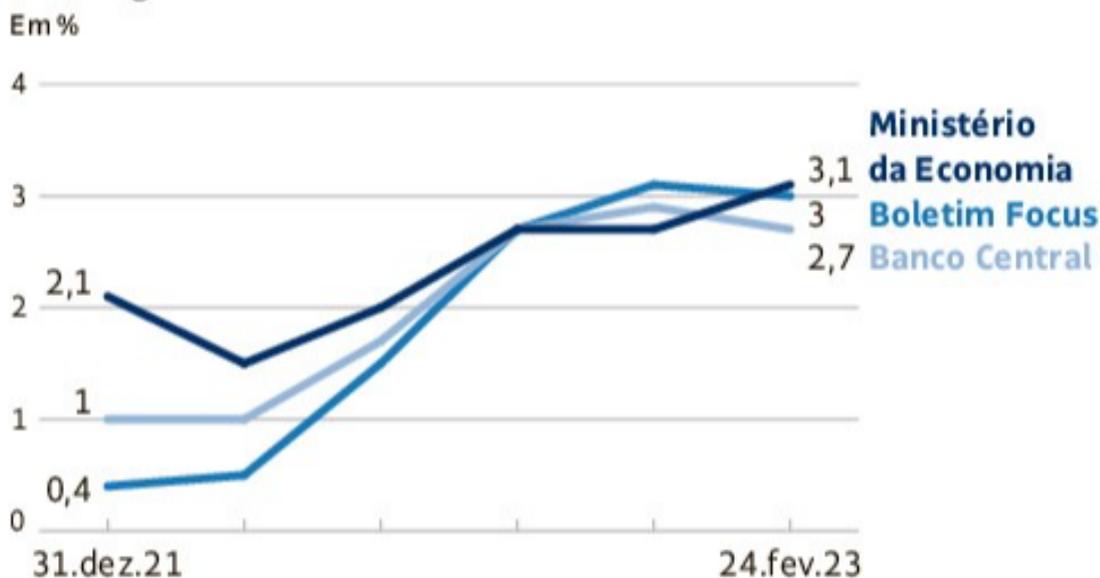
Varição, em %

■ Anual — Trimestral



## Expectativas para o PIB

### Projeções para o PIB do Brasil de 2022 mudaram ao longo do ano



Fontes: Banco Central e Ministério da Economia

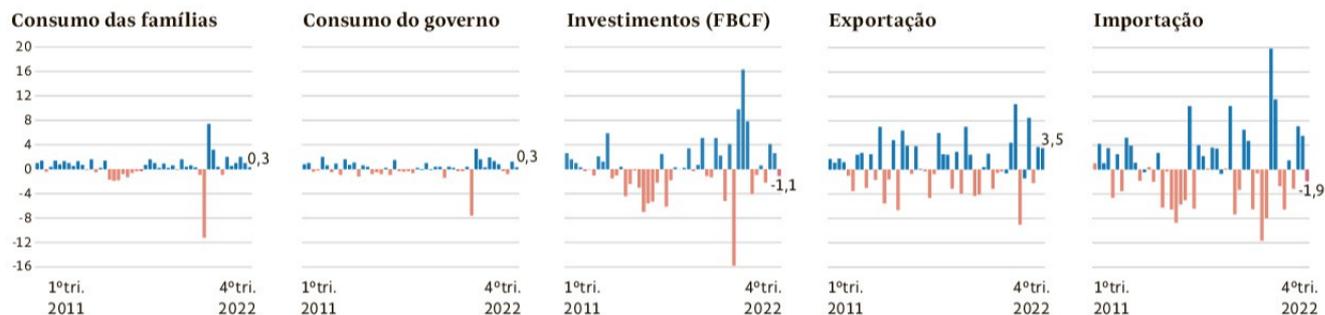
### Surpresas do PIB desde o fim da recessão 2014-2016



Fontes: Projeção do Boletim Focus do Banco Central em dezembro de cada ano e resultado divulgado pelo IBGE

### Comportamento do consumo e do investimento no 4º trimestre de 2022

Variação do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

# Brasil e Chile puxam piora nas contas na região, diz agência

**ANDRÉ MARINHO**

Os países da América Latina tiveram um quadro fiscal equilibrado em 2022, mas o cenário deve se dificultar neste ano, prevê a Fitch Ratings.

A expectativa da agência é de que Brasil e Chile puxem a deterioração das contas públicas na região, em meio à desaceleração do crescimento econômico e à reversão do efeito positivo gerado pela escalada da **inflação**.

Em relatório, a instituição explica que, no ano passado, a maior parte das economias locais teve balanços fiscais em linha com ou superior aos níveis de 2019, o último ano antes da pandemia de covid-19. O desempenho é atribuído principalmente ao crescimento das receitas.

"(Ganhos) inesperados com commodities ou as reformas tributárias explicam muito dessa melhora, mas ela é visível até mesmo entre os soberanos que não se beneficiaram desses fatores e podem, portanto, refletir melhorias administrativas", informa a agência. A agência diz ainda que vários governos conseguiram reduzir as despesas, com ajuda de regras fiscais e **inflação** elevada, entre eles os de Brasil, Costa Rica e Uruguai.

"Mas (os gastos) permanecem acima dos níveis pré-pandemia."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasil fica em 28° em ranking que considera desempenho de 47 países

**JOÃO SORIMA NETO** [joao.sorima@sp.oglobo.com.br](mailto:joao.sorima@sp.oglobo.com.br)  
SÃO PAULO

Com o crescimento de 2,9% em 2022, o Brasil ficou no 28° lugar num ranking preliminar que mostra o desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 47 países. Como observa Alex Agostini, economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, que elaborou o ranking, o Brasil continua crescendo menos que seus pares, os países emergentes, ficando mais próximo das nações desenvolvidas, que cresceram menos: -Mas o Brasil tem necessidades e problemas de emergentes, como baixo nível de investimento, elevada carga tributária e infraestrutura precária, além dos juros altos.

Isso, segundo Agostini, provocou o baixo crescimento em 2022, e a perspectiva é ruim para este ano. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta expansão de 1,5%. Na média estimada do FMI para 2023 a 2027, o Brasil deve ter expansão de 1,6%, metade do crescimento global, de 3,2%.

- Ou a gente tem planejamento de longo prazo ou vamos ficar com esse ritmo baixo de crescimento - afirma Agostini.

As maiores expansões foram de Colômbia e Arábia Saudita. A média de crescimento das economias emergentes foi de 5%. O Brasil ficou abaixo de nações como Índia (crescimento de 6,8%), Turquia (5%) e China (3,2%).

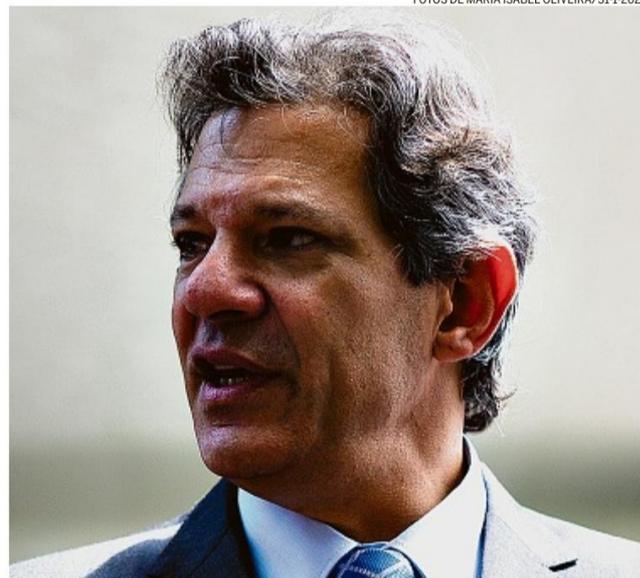
Na média geral dos 47 países, o crescimento em 2022 foi de 3,7%.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Lula, Haddad e Tebet usam PIB para cobrar corte de juros



**Simone Tebet.** Ministra do Planejamento reforça pressão sobre o BC



**Fernando Haddad.** Titular da Fazenda se diz preocupado com efeito da Selic

**Alice Cravo, Bruno Góes, Renan Monteiro, Fernanda Trisotto e Eliane Oliveira**  
[economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br) BRASÍLIA

O desempenho negativo da economia no quarto trimestre, segundo medição do IBGE divulgada ontem, serviu para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os principais ministros da área econômica voltassem a defender a redução da taxa básica de juros (Selic), mantida em 13,75% ao ano pelo Banco Central

(BC) desde o ano passado.

Ao comentar o **PIB**, Lula afirmou que a economia brasileira cresceu "nada, nada" no ano passado, quando terminou o mandato de Jair Bolsonaro (PL), fazendo referência ao quatro trimestre.

-Não sei se vocês perceberam, mas hoje (ontem) foi publicado os dados (do **PIB**) do último trimestre do ano. A economia brasileira não cresceu nada, nada, no ano passado. Então o desafio que temos agora é fazer a economia voltar a crescer. E temos que fazer investimentos -disse Lula, em evento no Planalto.

Mais tarde, em entrevista à BandNews, Lula disse que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, deve explicações à população pelos juros.

-Esse país não pode ser refém de um único homem - disse. -É engraçado porque as pessoas dizem que o presidente não pode criticar o presidente do BC. Que absurdo. Claro que eu posso criticar.

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, também aproveitaram a divulgação do **PIB** para cobrar do BC a redução dos juros - que afetam o consumo e os investimentos na economia -para favorecer a retomada da atividade econômica, fazendo coro com Lula. Em nota técnica, a Fazenda culpou o cenário externo e a taxa de juros pela desaceleração da atividade econômica no país, sobretudo partir do segundo semestre de 2022.

ÂNCORA NOS PRÓXIMOS DIAS Haddad afirmou ontem que ele e sua equipe concluem, nesta semana, a proposta de um novo arcabouço fiscal, que vai substituir o teto de gastos (que trava as despesas federais à **inflação** do ano anterior). A ideia será levada a Lula e apresentada ao público ainda neste mês, disse o ministro. Segundo ele, o Planejamento enviará ao Congresso a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 já com base na nova regra fiscal.

Haddad disse que o governo não considera um cenário de recessão na economia brasileira, mas reforçou sua preocupação com os juros: - Estamos em uma curva descendente agora, e todo o desafio do Ministério da Fazenda é reverter este quadro e promover uma curva ascendente no crescimento do

**PIB.** Não estamos trabalhando com perspectiva de recessão, mas evidentemente a manutenção desse patamar nas taxas de juros desencadeia uma desaceleração da economia.

O governo tem centrado críticas nos juros, ainda que as incertezas relacionadas à política fiscal do governo estejam entre os fatores apontados pelo BC para a manutenção da Selic em 13,75%.

"FAZENDO O DEVER DE CASA" Haddad disse ontem que tem tomado medidas que vão ao encontro do "desejo do BC" de reduzir os juros, como a reoneração parcial de combustíveis para aumentar arrecadação e diminuir o déficit nas contas: -Nós temos uma grande oportunidade esse ano de reverter este quadro de desaceleração sem prejudicar a população de baixa renda.

Simone Tebet, que concorreu à Presidência em 2022 com visão liberal e em favor da autonomia do BC, disse esperar um "sinal positivo" da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, em 21 e 22 deste mês, que define a Selic. E também destacou o esforço fiscal: - É um somatório para mostrar que estamos fazendo dever de casa com o **PIB**, que, apesar de ser do ano passado, se mostrou positivo a ponto de podermos estar num diálogo com o BC e com o Copom, mostrando que a **inflação** não é por demanda. Tivemos crescimento acima das expectativas e estamos fazendo o dever de casa. Consequentemente é possível um gesto, não queremos nenhuma generosidade, mas um gesto positivo a favor do Brasil na próxima reunião do Copom.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Bolsonaro perde para petista e Temer na média anual

**IVAN MARTÍNEZ-VARGAS**  
*ivan.martinezvargas@edglobo.com.br SÃO PAULO*

Nos últimos 20 anos, de 2002 a 2022, o Brasil teve uma média de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2,2% ao ano, calcula a consultoria MB Associados. O segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), entre 2007 e 2010, teve a maior média de crescimento: 4,6% ao ano.

Na outra ponta, o segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), interrompido em 2016 pelo impeachment da petista, é o de pior desempenho: queda de 3,4%, em média.

Sob Jair Bolsonaro (PL), que governou entre 2019 e o ano passado, o **PIB** teve alta média anual de 1,5%, menos que as dos governos de FH e Lula e do primeiro mandato de Dilma (2011-2014). A gestão de Bolsonaro conseguiu aprovar no Congresso a reforma da Previdência logo no primeiro ano, mas elevou gastos a partir de 2020, com a pandemia.

Mas em toda a era Dilma (2011-2016), o país praticamente não cresceu: a média anual foi de 0,4%, sob influência da recessão de 2015 e 2016.

-Tivemos uma conjunção fiscal muito negativa, com a chamada Nova Matriz Econômica e forte turbulência política que nos levou a uma recessão doméstica sem precedentes. Dilma teve crescimento do **PIB** de 4% em seu primeiro ano e o reverteu a uma contração de 3,3% em seu último - diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Segundo ele, de maneira geral, as taxas médias evidenciam que a economia tem patinado e crescido abaixo do potencial de um país emergente. Para ele, reformas estruturais como a tributária e uma nova âncora fiscal com credibilidade ajudariam a destravar o crescimento do país. A estimativa do mercado é de uma alta em torno de 1% em 2023.

O crescimento médio da era Lula (2003-2010), de 4,1%, contrasta com o de Dilma. O país avançou 3,5% no primeiro mandato do petista e 4,6% no segundo, marcado pela ascensão da classe C, com alta na renda e no consumo.

- O primeiro mandato de Lula teve estabilidade e

conseguiu trazer horizonte de estabilidade para os investidores como um todo, tornando possível maior crescimento econômico, mas tem faltado isso ao governo atual - diz Vale.

Fernando Henrique Cardoso (PSDB) teve, entre 1995 e 2002) alta de 2,4% ao ano. Na curta gestão de Michel **Temer** (MDB), o **PIB** cresceu em média 1,6% ao ano, considerando-se apenas 2017 e 2018.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## O DESEMPENHO DO PIB EM CADA GOVERNO

